

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2023-0044br>

Os efeitos de Maio de 68 na trajetória de Jacques Rancière: a dicotomia althusseriana entre ciência e ideologia colocada em xeque

Taís Araújo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4079>

Submetido em: 2022-05-17

Postado em: 2022-05-23 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

OS EFEITOS DE MAIO DE 68 NA TRAJETÓRIA DE JACQUES RANCIÈRE: A DICOTOMIA ALTHUSSERIANA ENTRE CIÊNCIA E IDEOLOGIA COLOCADA EM XEQUE

Taís Araújo¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8770-9308>

RESUMO: Após a eclosão de Maio de 68 e a criação da Universidade de Vincennes, Jacques Rancière reavaliou suas concepções teórico-políticas, assim como seu vínculo com o filósofo Louis Althusser e os intelectuais do *Cercle d'Ulm*. A dicotomia entre um tipo de conhecimento supostamente científico, a teoria marxiana, e a ideologia, tal como sustentavam os althusserianos, é colocada em xeque em favor de uma valorização dos movimentos políticos irruptivos dos anos 1960. No presente artigo, analisaremos esse momento da trajetória de Rancière em que o autor passa de seguidor a crítico de Althusser, ao reformular sua compreensão a respeito do significado das revoltas sociais e da sua concepção sobre o saber. Esse debate desdobrado em textos como *Sur la théorie de l'idéologie: politique d'Althusser* e *La leçon d'Althusser* não é algo circunstancial na obra de Rancière, antes aparece como uma questão que atravessa seu pensamento e contempla ainda seus escritos atuais: a recusa à divisão do saber e a suas hierarquias intelectuais e a desconfiança em relação à concepção de que a política, para eclodir de acordo com as expectativas de certa intelectualidade crítica, necessitaria da teoria como seu pré-requisito.

Palavras-chave: Rancière, Althusser, ciência, ideologia, política

THE EFFECTS OF MAY 68 IN JACQUES RANCIÈRE'S PATH: THE ALTHUSSERIAN DICHOTOMY BETWEEN SCIENCE AND IDEOLOGY PUT IN JEOPARDY

ABSTRACT: After the eruption of May 68 and the creation of the University Vincennes, Jacques Rancière reevaluated his theoretical-political conceptions, as well as his ties to philosopher Louis Althusser and the intellectuals of the *Cercle d'Ulm*. The dichotomy between a supposedly scientific kind of knowledge, the marxian theory, and ideology, as the Althusserians supported, is jeopardized in favor of valuing the boiling political movements of the 1960s. In the present essay, we are going to analyze this moment of Rancière's path where the author goes from Althusser's follower to his critic, by reframing his comprehension about the meaning of social revolt and the conception of knowledge. This debate unfolded in texts like *Sur la théorie de l'idéologie: politique d'Althusser* and *La leçon d'Althusser* is not something circumstantial in Rancière's oeuvre, first appearing as a question striking his thought and still contemplates his current writings: the refusal to the division of knowledge and its intellectual hierarchies and the suspicion towards the conception that politics, to erupt according to the expectations of a certain critical intellectuality, would require the theory as a prerequisite.

Keywords: Rancière, Althusser, science, ideology, politics.

¹ Doutora pela Faculdade de Educação da USP, professora no Centro Universitário Sumaré e na rede municipal de São Paulo. <taisaraujo@gmail.com>

LOS EFECTOS DEL MAYO DEL 68 EN LA TRAYECTORIA DE JACQUES RANCIÈRE: LA DICOTOMÍA ALTHUSSERIANA ENTRE LA CIENCIA Y LA IDEOLOGÍA PUESTA EN JAQUE

RESUMEN: Tras la eclosión de Mayo del 68 y la creación de la Universidad de Vincennes, Jacques Rancière replanteó sus concepciones político-teóricas, como también su vínculo con el filósofo Louis Althusser y los intelectuales del *Cercle d'Ulm*. La dicotomía entre un tipo de conocimiento supuestamente científico, la teoría marxista y la ideología, como sostenían los althusserianos, es puesta en jaque a favor del reconocimiento de movimientos políticos irruptores de los años 60. En el presente artículo, investigaremos ese momento en la trayectoria de Rancière en la cual el autor pasa de ser seguidor a crítico de Althusser, reformulando su comprensión a respecto del significado de las revueltas sociales y su concepción del conocimiento. Esta discusión, que se despliega en textos como *Sur la théorie de l'idéologie: politique d'Althusser* y *La leçon d'Althusser* no es algo circunstancial en la obra de Rancière, sino que se manifiesta como un punto que recorre su pensamiento y se observa aún en sus escritos actuales: el rechazo a la división del saber y sus jerarquías intelectuales y la desconfianza ante la concepción de que la política, para eclosionar según las expectativas de una cierta intelectualidad crítica, necesitaría de la teoría como requisito previo.

Palabras clave: Rancière, Althusser, ciencia, ideología, política

RANCIÈRE: DE DISCÍPULO A CRÍTICO DE ALTHUSSER

Nos anos 1960, motivado por uma leitura da obra de Marx livre do direcionamento do Partido Comunista Francês (PCF) e dos debates acadêmicos diletantes, Jacques Rancière aproximou-se do *Cercle d'Ulm*, grupo de pesquisadores da obra de Marx orientado pelo filósofo Louis Althusser, professor da *École Normale Supérieure* (ENS) de Paris². À época, Rancière vislumbrava nos trabalhos do grupo uma possibilidade de interpretar os textos marxianos de forma a desvinculá-los das tentativas de legitimação da razão de Estado soviética ou das preleções apolíticas animadas por “teólogos ou filósofos de salão”, conforme afirmou o autor em *La leçon d'Althusser* (RANCIÈRE, 2011, p. 18).

Em meados da década de 1960, Althusser coordenava o *Seminário sobre Marx*, no qual pesquisadores da ENS como Roger Establet, Jacques-Alain Miller, Robert Linhart, Jean-Claude Milner, além de Rancière, buscaram definir rigorosamente os conceitos do pensador alemão. O método althusseriano inovava por incentivar a leitura estrutural dos textos clássicos, sem a interferência de outras interpretações. Tendo como paradigma o pensamento de Baruch Spinoza, Althusser propunha distinguir, no pensamento de Marx, o objeto específico da Ciência. Ao ater-se aos conceitos puros, procurava-se separar os aspectos histórico-conjunturais do que seria o pensamento estritamente lógico/científico. Essa separação foi esboçada nos textos althusserianos pela

² A *École Normale Supérieure* é uma tradicional instituição de pesquisa e de ensino na França, fundada em 1794. Na *Rue d'Ulm*, o prédio que abriga as Ciências Humanas foi construído em 1847 (DEAECTO, 2017). Como era na *Rue d'Ulm* que lecionava e pesquisava Althusser, o grupo de filósofos marxistas althusserianos passou a ser identificado como *Cercle d'Ulm*.

pretensão de se impor um “corte epistemológico” na obra de Marx, dividindo o que seria o “ideológico” do “conceitual”³.

Esse corte incidiria entre os textos de juventude, como os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, e a obra *O Capital*. Perspectiva que buscava dissociar o pensamento maduro de Marx dos traços do humanismo e do idealismo hegeliano supostamente presentes apenas nos escritos anteriores à sua obra prima. Considerar a existência de um corte entre os escritos de Marx implicava, para Althusser, reconhecer uma mudança qualitativa na obra, visto que escritos ideológicos teriam dado lugar a um conhecimento científico⁴.

Ao integrar o grupo como pesquisador, Rancière apresentou nos seminários que aconteceram em 1964 e 1965 um estudo sobre o conceito de “crítica” em Marx. Dessa leva, originou-se a publicação *Para ler O Capital*, composta por textos de autoria de Althusser, Étienne Balibar, Pierre Macherey e Jacques Rancière. A obra consolidou o grupo como formulador de uma interpretação desvinculada de dogmatismos, por sua recusa a utilizar o pensamento de Marx para justificar ideologicamente os caminhos tomados pela burocracia do Estado soviético. Antes, a teoria althusseriana do corte epistemológico concebia que o stalinismo seria um desvio ideológico do materialismo dialético, sendo este considerado, por tal análise, um conhecimento científico. Tais consequências da interpretação de Althusser tornaram seus escritos populares no meio marxista dos anos 1960.

A eclosão de Maio de 68, entretanto, explicitou divergências profundas dentro do campo progressista francês em relação ao pensamento althusseriano. Inúmeros grupos engajados com o movimento colocaram em práticas novas formas de atuação política como a predileção pela ação direta em espaços públicos, pela criação de palavras de ordem irreverentes, pela valorização da horizontalidade na organização das intervenções e, sobretudo, pela atuação conjunta entre trabalhadores e estudantes de diversos níveis escolares de forma autônoma à direção dos partidos e entidades representativas tradicionais. Essas formas de ação política entravam em choque com as concepções do *Cercle d’Ulm* althusseriano, que, tão logo, caracterizou o movimento como uma “revolta ideológica”.

Em 1968, Rancière estava afastado das suas atividades militantes e acompanhou à distância o desenrolar dos acontecimentos. Ao lembrar de suas impressões iniciais da revolta, afirmou ter ficado confuso com o que se passava, concebendo no movimento nada além de manifestações “ideológicas” e não “científicas”. Ao retornar a Paris, Rancière viu com surpresa bandeiras vermelhas penduradas em uma fábrica ao lado do rio Sena assim como o encontro entre estudantes e operários na Universidade de *Sorbonne*. Afirma Rancière que tais cenas eram contraditórias com o marxismo que ele havia aprendido e ensinado, tendo, por isso, preferido aproximar-se ao que lhe parecia mais importante naquele momento: o movimento nas portas das fábricas insurrectas (RANCIÈRE, 2012, p. 37)⁵.

Essa avaliação será radicalmente transformada logo após o fim de Maio de 68, com a sua integração à recém-criada Universidade de *Vincennes*. Nesse momento, Rancière sentiu-se provocado a refletir sobre suas concepções teóricas tendo em vista a construção do futuro Departamento de Filosofia organizado por Michel Foucault. A Étienne Balibar, único representante do PCF na equipe de professores reunidos por

³ COSTA, Luís. **Althusser, leitor de Marx**. Cult, São Paulo, n. 228, 5 de outubro de 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/althusser-leitor-de-marx/>. Acesso em: 21/04/2022.

⁴ NATALI, João Batista. Saiba quem foi Althusser. Folha de SP, Mundo, São Paulo, 23 de abril de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/23/mundo/17.html>. Acesso em: 21/04/2022.

⁵ Todas as traduções são de minha autoria.

Foucault, foi delegada a redação de um programa para o curso. Rancière logo se pôs em desacordo com a proposta de Balibar, que pretendia formalizar um programa engessado pelas discussões epistemológicas, apresentando disciplinas genéricas tais como uma “Filosofia do trabalho” (RANCIÈRE, 2012, p. 39).

Além desse impulso às suas reflexões, provocado pelo debate sobre o programa do departamento, o transcorrer do semestre com as discussões em sala de aula com seus estudantes motivou Rancière a “acreditar mais em 68”, postura que o levou à escrita do artigo *Sur la théorie de l'idéologie: politique d'Althusser*, em 1969 e depois à publicação do livro *La leçon d'Althusser*, em 1974⁶. Textos que revelaram o rompimento do filósofo com seu mentor e com o grupo da rua *Ulm* e a sua reavaliação da pertinência da oposição entre a ciência e a ideologia e do corte entre os escritos de Marx. Nos tópicos a seguir, apresentaremos brevemente os conceitos principais da análise althusseriana e a crítica rancieriana, com o objetivo de compreendermos a reformulação elaborada por Rancière sobre a concepção de saber, que se tornou estruturante de sua obra como um todo.

CIÊNCIA VERSUS IDEOLOGIA: PENSAMENTO ALTHUSSERIANO

Para os jovens pesquisadores da ENS, integrar o *Cercle d'Ulm* significava aderir a uma postura intelectual capaz de transformar a filosofia ensimesmada do ambiente acadêmico em uma teoria que instrumentalizasse as reflexões sobre a vida e o mundo. O estudo das obras clássicas de Marx era concebido, em si mesmo, como uma ação política, a ponto de o grupo considerar-se como um “partido da teoria de Marx” (RANCIÈRE, 2012, p. 31). Esse “partido”, composto por “filósofos marxistas”⁷, ao incorporarem o pensamento de Althusser, passaram a reconhecer-se como um grupo crítico ao que identificavam como as duas principais formas de atuação política da esquerda francesa: o “revisonismo dogmático” do comunismo predominante nas organizações partidárias e sindicais e o “esquerdismo” dos grupos estudantis.

Apesar de postular a existência dessas duas vertentes desviadas dos textos clássicos de Marx, Althusser desenvolveu seus conceitos de ciência e de ideologia, no tocante à ação política, enfatizando as suas críticas à atuação estudantil na Universidade. Isso porque, de acordo com Rancière, a “tomada de partido pela filosofia”, encampada pelo filósofo e seus seguidores, tornou-se uma posição política de fato no combate às intervenções estudantis, mais do que nas divergências com o comunismo predominante no PCF e nas entidades tradicionais (RANCIÈRE, 2011, p. 82).

Desde 1963, quando uma greve estudantil se deflagrou nas principais universidades de Paris de forma autônoma ao PCF, Althusser passaria a caracterizar as lutas dos estudantes como “ideológicas”. Tendo em vista o espontaneísmo dessas manifestações, os estudantes demonstrariam, de acordo com esse viés, a ausência de domínio da “ciência marxista”, algo que somente seria contornado com a submissão intelectual dos estudantes aos “filósofos marxistas” da Universidade.

Essa posição aparece no artigo *Problèmes étudiants* de 1964, no qual o filósofo afirma que o papel dos comunistas na Universidade seria o de deter a teoria científica, ou seja, o marxismo-leninismo. Apenas a ciência possibilitaria o conhecimento da realidade e poderia engendrar instrumentos para resolver as dificuldades práticas. Desse modo, os

⁶ *Sur la théorie de l'idéologie: politique d'Althusser* é um artigo escrito em 1969 e publicado em 1970 na obra coletiva argentina *Lectura de Althusser*. Na França, o texto foi publicado em 1973 na revista *L'Homme et la Société*. Em 1974, Rancière o incluiu como apêndice de *La leçon d'Althusser*. A versão do artigo de Rancière que utilizamos no presente artigo é justamente a que se encontra no livro de 1974 (2011).

⁷ Nesse artigo, o termo “filósofos marxistas” refere-se ao grupo do *Cercle d'Ulm*. Usamos o termo da mesma forma que usa Rancière em *La leçon d'Althusser*.

comunistas teriam o dever de ensinar a teoria marxista aos estudantes para, a partir daí, ser possível a ação política (ALTHUSSER, 1964, p. 81).

Nesse artigo, Althusser desenvolveu a ideia de que o saber teria uma função pedagógica evidente: a transmissão de um conhecimento a sujeitos que não o possuem: “Em todo caso, não é (...) sobre a diferença de gerações enquanto tal que repousa a relação professor-estudante, mas sobre a relação pedagógica fundamental entre um *saber* e o *não saber* desse mesmo saber” (ALTHUSSER, 1964, p. 91, grifo no original).

Essas posturas desiguais entre um saber e o não saber implicariam uma hierarquia entre aquele que detém o conhecimento e os demais que não o possuem. Essa hierarquia não deveria ser vista como um problema ou um motivo justo para as críticas estudantis às posições de poder na Universidade, pois, na visão de Althusser, essa relação assimétrica entre professores e alunos seria expressão “técnica” da função pedagógica (ALTHUSSER, 1964, p. 90).

As diferenças de posições na Universidade não se limitariam à sala de aula, antes, estariam presentes também nos espaços administrativos da instituição e nos centros de pesquisa. De acordo com Althusser, ao exigirem igualdade em relação ao saber em todas as instâncias universitárias, tal como na greve de 1963, os estudantes propunham a formação de “meio-pesquisadores” (*demi-chercheurs*), presos à ilusão democrática de um “meio-saber” (*demi-savoir*). Esse equívoco, de tomar como saber o que seria um “meio-saber”, impediria os estudantes de alcançarem a “arma do conhecimento científico”, retardando assim a sua formação como pesquisadores de fato (ALTHUSSER, 1964, p. 94).

A concepção althusseriana sobre o saber enquanto uma divisão assimétrica entre os que sabem e aqueles que não sabem reaparece em um texto de 1969 associada à caracterização de Maio de 68 como uma “revolta ideológica de massas”. Para Althusser, denominar de tal modo o evento significava distingui-lo de um processo revolucionário, tendo em vista que em Maio teriam sido cometidos erros estratégicos pelos estudantes, pois suas greves, manifestações e ocupações não abriram a brecha necessária para uma Revolução. Althusser ressalta que esses erros não foram cometidos pelas ações operárias, mas sim pelas *estudantis*, cabendo aos comunistas, no pós Maio, o apontamento de tais falhas, a fim de corrigi-las, para que eventos futuros eclodissem de maneira assertiva (ALTHUSSER, 2017, p. 132).

De acordo com essa perspectiva, o principal equívoco dos estudantes foi o seu desconhecimento em relação às origens do movimento ocorrido em Maio, carecendo-se, assim, de “profundidade histórica”. Esse vínculo entre o acontecimento presente e suas raízes históricas, requisitado por Althusser, permitiria aos agentes do evento saber *a priori* os rumos que o movimento deveria tomar no futuro, pois a ação política revolucionária deveria ser totalizante (ALTHUSSER, 2017, p. 128).

Conforme o filósofo marxista, esses erros cometidos pela juventude em Maio justificavam-se pela ausência da direção da classe operária organizada pelo PCF. Aos estudantes, caberia somente o papel de ajudar os operários na luta política, os reais protagonistas da Revolução. Em outras palavras, os estudantes precisavam saber que, em um processo revolucionário, a classe operária é que conduz os levantes políticos, com o apoio da juventude em ações pontuais de “abalo” nas instituições como a escola e a Universidade, ambas definidas por Althusser, nesse momento, como “aparelhos ideológicos dos Estados imperialistas” (ALTHUSSER, 2017, p. 135).

Esses textos de Althusser, voltados à análise de movimentos coordenados pela juventude, complementavam seus estudos eminentemente teóricos a respeito do “corte epistemológico”. Em consonância à teoria de que entre os textos da juventude e os da maturidade de Marx haveria um corte entre ideologia e ciência, Althusser vislumbrava

um corte semelhante entre os movimentos reais da juventude e aqueles que o filósofo marxista projetava como modelares. Ou seja, o sentido de “corte” no pensamento althusseriano indicava tanto a separação entre os acertos e os erros da ação política como a distância entre o saber e a ausência de conhecimento. Nos dois casos, as dicotomias seriam expressão da oposição entre ciência e ideologia, que balizaria tanto a teoria quanto a prática.

Desse modo, é possível entrever uma intersecção entre o trabalho teórico de Althusser e seus textos de balanço a respeito de movimentos práticos. Pois, assim como o filósofo do *Cercle d’Ulm* concebia-se como representante de um “partido da teoria” em relação à leitura da obra marxiana, atribuindo-se o domínio do saber considerado por ele próprio científico, de forma similar imputava-se a tarefa de ajudar os estudantes a entenderem seu próprio papel tanto na Universidade quanto nos movimentos políticos.

Desse ponto de vista, caberia aos intelectuais comunistas “fornecer todas as explicações científicas que permitirão a todos, inclusive aos jovens, ver com clareza os acontecimentos que viveram” a fim de “orientar-se se o quiserem verdadeiramente, sobre uma base justa, na luta de classes, abrindo-lhes perspectivas justas, e dando-lhes os meios ideológicos e políticos para uma ação justa” (ALTHUSSER, 2017, p. 135, grifo no original).

Na sua forma de raciocinar, as “explicações científicas” seriam o instrumento necessário de diferenciação entre o engajamento justo e o injusto. O critério para tal distinção seria a base da ação política engendrada pela luta de classes, que deveria ser devidamente explicada a partir da teoria produzida pelos intelectuais marxistas althusserianos. Explicações essas que deveriam ser ministradas aos jovens previamente à eclosão dos movimentos, como se fosse necessária uma preparação intelectual ou a apropriação de um saber específico antes da ação prática.

A publicação de *Aparelhos ideológicos de Estado* (1983), em 1969, torna mais evidente a concepção althusseriana, desdobrada da sua divisão do saber, de que a teoria deveria ser condição prévia para a ação política fundada na luta de classes. Afinal, se houve falhas dos estudantes em Maio de 68 que impediram a transfiguração de uma revolta em um processo revolucionário, para o filósofo, a causa seria o “meio saber” dos próprios estudantes frente à ciência detida pelos intelectuais comunistas.

Essa característica da categoria estudantil seria incontornável, não fosse a predisposição dos comunistas em explicar-lhes seus erros, falhas e faltas. Isso porque os estudantes estariam invariavelmente presos à ideologia, tendo em vista que a escola ou a Universidade seriam “aparelhos ideológicos”. Para Althusser, os indivíduos não conseguem livrar-se facilmente das “concepções de mundo imaginárias” com as quais se encontram entrelaçados, ou seja, as ideologias nas quais estão imersos. Residiria justamente aí o problema da “ideologia”, já que tais concepções se refeririam à realidade sem serem, porém, reais (ALTHUSSER, 1983, p. 86).

A ideologia seria, na concepção althusseriana, a forma como os indivíduos representam as suas relações com as condições de existência, sob o modo de produção capitalista. Essas representações não são “reais” por serem determinadas pelo trabalho alienado, sendo, portanto, deformadas. Desse modo, as práticas e os rituais sociais expressos pelos indivíduos não seriam nada mais do que a materialização da ideologia reproduzida pelos aparelhos ideológicos de Estado, ou seja, pelas instituições religiosas, partidos políticos, sindicatos, instituição familiar, empresas produtoras de informação, instituições escolares e universitárias (ALTHUSSER, 1983, p. 79).

Considerar que os indivíduos se encontrariam imersos nas formas de ideologia capitalistas propagadas pelas instituições sociais significaria afirmar que a ação dos sujeitos seria determinada por tais instâncias. Sobretudo pelas instituições escolares, onde

se inculcariam aspectos-chave da ideologia dominante pelo aprendizado, sem que os indivíduos percebessem, como uma “música silenciosa” (ALTHUSSER, 1983, p. 79).

Em suma, a constituição dos sujeitos no Capitalismo seria formatada pelos aparelhos ideológicos de Estado, tendo em vista que “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (ALTHUSSER, 1983, p. 93). Ou seja, todas as práticas e as crenças individuais ou coletivas seriam fruto da reprodução de uma ideologia, sem possibilidade de intervenção ou reação por parte desses indivíduos, pois tais processos de formação conduzidos pelas instituições sociais lhes seriam velados.

Seguindo essa lógica, seria possível aos sujeitos apenas a atitude de “reconhecimento” dessas práticas e rituais impregnados no vivido. Isso porque, em razão da imersão nesse processo, não existiria a possibilidade de se realizar, por conta própria, o “conhecimento científico” sobre tais instâncias cotidianas, sem os instrumentos apropriados. Essa diferenciação entre as duas atitudes do sujeito perante o vivido, o “reconhecimento” e o “conhecimento”, seria a base da oposição entre “ideologia” e “ciência”. Para Althusser seria “preciso chegar a este *conhecimento* se queremos (...) esboçar um discurso que tente romper com a ideologia, pretendendo ser o início de um discurso *científico* (sem sujeito) acerca da ideologia” (ALTHUSSER, 1983, p. 95, grifo nosso).

Na perspectiva althusseriana, a realidade verdadeira despontaria somente no conhecimento científico porque o real estaria permanentemente oculto aos sujeitos, em razão da ideologia. Acessá-lo seria possível somente numa instância “técnica” e “objetiva”, o que significava dizer à parte do cotidiano, do vivido, da realidade sensível dos sujeitos. Portanto, sem a apropriação da ciência, os indivíduos somente produziram impressões acerca do que reconhecem, sem conseguirem vislumbrar nem entender o real, mascarado nos rituais e práticas cotidianas. Em suma, a oposição entre ciência e ideologia estabelecia uma divisão hierárquica entre as percepções sensíveis dos sujeitos e o conhecimento científico.

Dessa forma, o único meio seguro de conscientização acerca da alienação provocada pela ideologia seria a ciência. A partir da apropriação desse conhecimento, o indivíduo não se limitaria somente a vivenciar a realidade cotidiana, mas seria capaz, sobretudo, de entendê-la, ou seja, de conhecer a organização social em classes, seu engendramento pela divisão social do trabalho e a consequente produção das relações de opressão sobre a classe trabalhadora.

Diante desse quadro, as demandas estudantis que passaram a exigir um reposicionamento da categoria nos espaços de poder da Universidade não seriam mais do que expressões de lutas e práticas *ideológicas*, tanto nas greves de 1963 quanto em Maio de 68. Ideológicas por não compreenderem as próprias limitações, por insistirem em tornar protagonistas aqueles que seriam somente atores secundários na Revolução, os estudantes. Esses movimentos permaneceriam ideológicos ainda por não entenderem os mecanismos da luta de classes na Universidade e por, de forma equivocada, incentivarem a oposição entre estudantes e professores.

Se os estudantes quisessem ultrapassar o ponto de vista ideológico teriam que agir tal qual estudantes, ou seja, mantendo-se na posição de quem não possui o saber. Desse modo, assimilariam a teoria marxista formulada por suas organizações representativas, em convergência com o PCF, que, por sua vez, estaria alinhado ao grupo de “filósofos marxistas” na Universidade (ALTHUSSER, 1964, p. 103). Aliás, o PCF seria o único partido apto a ultrapassar o âmbito da ideologia por possuir a doutrina científica do marxismo, estando acima dos “aparelhos ideológicos de Estado”. Só restaria, então, aos estudantes deixarem-se orientar pelos intelectuais marxistas na Universidade e, por

consequência, pela direção do PCF, se almejassem a uma ação política “justa”, conforme afirmava Althusser.

DIGNIDADE DO VIVIDO: A CRÍTICA DE RANCIÈRE

No recém-criado departamento de Filosofia em *Vincennes*⁸, os debates em torno do programa e depois as discussões em sala de aula a respeito dos textos de Marx sobre ideologia incentivaram Rancière a escrever em 1969 o *artigo Sur la théorie de l'ideologie: politique d'Althusser* e, em 1974, o livro *La leçon d'Althusser*. Nesses textos, Rancière aponta que o embate althusseriano entre o conhecimento verdadeiro e o falso não seria uma questão marxista, antes se trataria de um problema clássico da tradição filosófica e metafísica. Isto é, o que outrora tinha sido categorizado pelos filósofos como o “erro” induzido pelo mundo sensível ressurgia, em Althusser, como a “ignorância” provocada pela ideologia (RANCIÈRE, 2011, p. 226).

Essa elaboração conceitual impediu Althusser e seus seguidores de perceberem em Maio que a função política do saber havia sido colocada em questão, por meio de uma luta que tomou o saber como alvo. Nas palavras de Rancière:

Em Maio de 68 as coisas se aclararam brutalmente. Enquanto a luta de classes eclodia, de maneira declarada, sobre a cena universitária, o estatuto do Teórico se encontrava colocado em questão não mais pela verborragia de sempre sobre a práxis e o concreto, mas pela realidade de uma revolta ideológica de massa (RANCIÈRE, 2011, p. 215).

Utilizando ainda o termo “revolta ideológica”, Rancière inverte a relação entre o “real” e o “ideológico” tal como estava dada para os filósofos marxistas da rua *d'Ulm*. Em Rancière, a realidade é acessada por meio de uma “revolta ideológica”. Ou seja, não se trata de instrumentalizar a ciência para compreender o real, mas do movimento contrário, pois o real passou a ser compreendido colocando-se em xeque o “estatuto do Teórico” por meio de uma revolta social.

Com tal crítica, Rancière propunha-se a destacar a função conservadora das instituições de ensino e as suas estruturas legitimadoras de hierarquias baseadas no saber. Seus escritos de 1969 e de 1974 debatiam-se com as teses sustentadas por Althusser de que a Universidade estaria inserida na “divisão técnica do trabalho”. O que significaria que, pelo caráter técnico atribuído pelos filósofos marxistas às Universidades, as posições hierárquicas dentro de suas instâncias deveriam ser conservadas, mesmo em outras sociedades que não a capitalista.

Nesse momento de ruptura com o althusserianismo, Rancière procurava explicitar as relações subjacentes entre saber e poder na Universidade e combater a ideia de que as divisões operadas pelo saber fossem técnicas. Desse modo, as formas de apropriação do saber acadêmico seriam definidas por Rancière, na ocasião, como “expressão da luta de classes”, conflito que abarcava, inclusive, professores e alunos. Para Rancière, a defesa

⁸ A Universidade de *Vincennes* (hoje *Paris VIII*) foi criada em setembro de 1968, logo após a eclosão do movimento de revolta na França. A Universidade tinha a proposta de tornar-se um centro de ensino e pesquisa de Letras e Ciências Humanas, um lugar de experimentação prática e teórica, de livre pensamento, de relações horizontais entre professores e alunos. Rancière esteve presente em *Vincennes* desde os momentos iniciais de organização do Departamento de Filosofia, organizado por Michel Foucault. Em 1974, Rancière criou o *Centre de Recherche sur les Idéologies de la Révolte* (CRIR), instituição essencial para a realização das suas pesquisas em arquivos históricos do movimento operário francês, que desembocaram na escrita dos livros *La parole ouvrière* (1976), *A noite dos proletários* (1988) e *O mestre ignorante* (2013), dentre outros escritos.

da ciência em Althusser acabava por refletir a posição de classe dos intelectuais marxistas do *Cercle d'Ulm*, por justificar seu lugar de autoridade de quem se propunha a falar em nome dos portadores do saber: “É bem verdade que um dos efeitos notáveis do althusserianismo foi o lugar nobre que ele deu aos intelectuais comunistas no concerto da elite universitária” (RANCIÈRE, 2011, p. 65).

Conseqüentemente, tendo em vista esse lugar de poder concedido aos intelectuais, a teoria almejada para esclarecer os movimentos reais poderia configurava-se como instrumento de opressão, uma “filosofia da ordem”, no entendimento de Rancière, pois “separada da prática revolucionária, não tem teoria revolucionária que não se transforme em seu contrário” (RANCIÈRE, 2011, p. 254). É por esse motivo que em *La leçon d'Althusser*, Rancière se propôs a comentar criticamente o discurso de seu ex-mentor ironizando-o como uma “lição de marxismo”.

A denominação do discurso como uma “lição” é parte da crítica do autor ao pensador marxista, pois, após Maio de 68, esse discurso pretendia esclarecer movimentos práticos por meio de uma análise pretensamente científica, identificando erros e lacunas a serem corrigidos em movimentos futuros. Discurso que ainda reverberava com bastante impacto no mundo intelectual⁹, visto que, para os pensadores adeptos dessas ideias, sua participação na transformação do mundo se efetivava pelo fato de serem intelectuais marxistas, por tomarem o “partido da filosofia” (RANCIÈRE, 2011, p. 62).

O problema dessa postura, de acordo com Rancière, é a submissão da política a um “teoricismo”, que a desvalorizava enquanto tal. Esses intelectuais optavam por ignorar a dinâmica própria dos movimentos de massa em prol da elaboração das suas análises em que se prendiam às expectativas de resolver as questões políticas a partir do estudo prévio da “prática científica” do *Capital* (RANCIÈRE, 2011, p. 62). Esses filósofos marxistas contornavam, assim, a incômoda realidade dos movimentos políticos que se apresentavam com suas peculiaridades e dilemas próprios e não se enquadravam no seu arcabouço teórico previamente elaborado, a fim de manterem seu lugar de autoridade intelectual intacto.

Desde os anos 1960, ao partirem do pressuposto de que o marxismo era uma ciência que proporcionaria a compreensão da realidade social, esses intelectuais concediam-se um “poder novo” calcado na posse de um saber: “Esse poder, nós o encontramos na ‘ciência’ e nós só podíamos a partir daí nos opor a qualquer contestação da *autoridade do saber* (...) era a nossa vontade mesma de agir que nos impelia à defesa das hierarquias do saber” (RANCIÈRE, 2011, p. 90, grifo nosso). Postura que entra em crise com a eclosão de Maio de 68, que contestou justamente essas assimetrias fundadas na posse da teoria, mas que se mantém relevante entre a intelectualidade marxista ao longo dos anos 1970.

A identificação da posse do saber à ação era uma forma, de acordo com Rancière, de resguardar essa autoridade dos intelectuais identificados com essa posição na Universidade sobretudo em relação às críticas colocadas pelos estudantes desde as greves

⁹ Althusser publicou somente um artigo com suas posições diretas a respeito de Maio de 68 com o objetivo de criticar outra interpretação sobre o movimento. Trata-se de *A propósito do artigo de Michel Verret sobre o “Maio estudantil”* (2017), publicado originalmente na revista *La Pensée*, em 1969. Em 1973, momento de reavaliações a respeito da experiência de Maio de 68, Althusser publica um artigo de ressonância no meio intelectual, *Resposta a John Lewis*, cujas premissas serão o alvo das críticas de Rancière por representarem um exemplo sintomático de inaptidão na “tradução” das novas formas fragmentadas da revolta, num contexto de declínio da esquerda clássica (RANCIÈRE, 2011, p.15). E, em 1976, Althusser retoma sua crítica aos estudantes no texto *Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)* (1983). É digno de nota que apesar de ter escrito pouco sobre o movimento em si, suas críticas têm aderência considerável entre a intelectualidade marxista dos anos 1970, o que justifica a pertinência das reflexões de Rancière nesse período.

de 1963. Ao conceberem o teórico como uma instância proeminente em relação à prática política, os filósofos marxistas pressupunham a divisão entre aqueles que detinham essa teoria e os demais. Essa divisão instituía também uma hierarquia em torno da posse do saber, encerrando aqueles que não o detinham na posição inferior de quem não conseguiria jamais entender a própria realidade.

Assim teria ocorrido no evento de Maio de 68, já que, na perspectiva dos filósofos marxistas, os participantes da revolta estariam imersos em ideologia, sem conseguirem entender o real. Perspectiva que se apresenta na caracterização do movimento como cindido entre as opções da “ciência ausente” ou do “delírio da incultura”. Ou seja, esse olhar caracterizava a história empírica e o vivido sob as pechas da ausência e incultura. Por essas razões, a “lição de marxismo” ministrada pelos intelectuais a respeito dos erros de Maio consolidava-se como um discurso que perdurava no tempo e se queria ileso às críticas dos movimentos políticos, tornando-se objeto da reflexão de Rancière ainda em meados dos anos 1970, mostrando que, mesmo pós Maio de 68, era necessário desconstruir a “figura despótica do poder dos sábios (*savants*)” (RANCIÈRE, 2011, p. 103).

Essa autoridade do saber sustentada pelos filósofos marxistas demonstrou que qualquer movimento político seria julgado por eles como “ideológico”, sendo que esses intelectuais criticados por Rancière se valeriam de uma série de adjetivos para caracterizar negativamente as revoltas sociais como empíricas, imprevisíveis, absurdas, revisionistas ou desviantes. Para os filósofos marxistas, as ações que não fossem um desdobramento de um movimento histórico pré-estabelecido, a saber, a tomada do Estado e a cessação da reprodução das relações de produção opressoras, não seriam sequer racionais. Maio de 68 teria sido para Althusser um “tempo de loucura”, que só poderia ser explicado pela noção de que faltava “teoria” ao movimento, tomado pelo “vazio” da ideologia (RANCIÈRE, 2011, p. 66).

Na visão de Rancière, essa condenação dos movimentos vivenciados no cotidiano em prol da tomada de partido pela filosofia colocaria sempre os filósofos marxistas numa posição vantajosa, ileso ao erro, já que suas convicções políticas nunca seriam de fato testadas, pois se via o mesmo tipo de análise detratadora tanto antes como após Maio de 68. Expandindo essa análise, poderíamos afirmar que tomar o conhecimento teórico como um pré-requisito para a política incidiria não só na desaprovação das revoltas sociais como no descrédito das escolhas eleitorais e das opiniões políticas dos indivíduos. Ao se colocar na posição de detentores da ciência ou da teoria, os adeptos do “teoricismo” acabam julgando os demais a partir de noções abstratas, que só visam a desqualificar o outro, a partir de epítetos como “crítico” ou “alienado”.

Enfatizar que uma determinada interpretação do mundo seja condição prévia para a eclosão da política resulta na reserva de lugares específicos para cada um nas suas relações com o saber. Em outras palavras, esperar que a política seja racionalmente a consequência de um estudo ou de uma teoria significa concebê-la de um ponto de vista “pedagógico”, no qual se substituiria a real luta de classes pela diferença entre o saber e o não saber (RANCIÈRE, 2011, p. 86).

Essa concepção de teoria e de política, que postula a diferença entre saber e não-saber, implica a necessidade de um condutor ou um especialista, aquele que teria o conhecimento exigido para desencadear um movimento político considerado correto. A partir de sua intervenção, os demais seriam capazes de agir além das amarras ideológicas. Com efeito, em vez de política, se buscaria, desse modo, uma “teoria de educação”, cujo objetivo seria o de retirar os sujeitos do seu lugar de ilusões, da posição de não-saber (RANCIÈRE, 2011, p. 105).

Para Rancière, esse olhar para a história empírica calcado na noção de “falta” faz desaparecer, na crítica dos filósofos marxistas, as questões irrompidas a respeito da visão dos próprios operários e intelectuais sobre a sua produção, ou seja, sobre as relações constitutivas do seu cotidiano. Como se deu também com as concepções políticas dos estudantes, nos anos 1960, ao questionarem o “saber dos educadores” e sua relação com a ordem existente. A despeito desses intelectuais, esse tipo de bandeira política, uma reivindicação de novo tipo, conseguiu impor-se como força política, ao denunciar a divisão entre os produtores e consumidores do saber (RANCIÈRE, 2011, p. 82).

Dessa forma, os estudantes colocavam na ordem do dia problemas próprios à sua categoria, sentidos no seu cotidiano:

se encontravam colocados em questão: a finalidade do saber universitário destinado a formar os futuros auxiliares da burguesia e as formas de transmissão do saber relacionados a essa finalidade: curso magistral habituando os estudantes à docilidade; individualismo do trabalho (ao qual a UNEF¹⁰ teria oposto o trabalho coletivo dos grupos de trabalho universitário); a arbitrariedade dos exames (RANCIÈRE, 2011, p. 83).

As lutas estudantis e suas formas de organização autônomas ao PCF mostravam aos intelectuais a política sob uma nova forma, já que os estudantes colocavam o próprio saber em jogo, o atrelavam ao poder e explicitavam suas relações com o político, colocando em xeque também a posição de seus professores, dos intelectuais marxistas. O saber enquanto um objeto de crítica resvalava na crítica à “figura despótica do poder dos sábios”, estes que exerciam tal poder afirmando ser um engano a revolta (RANCIÈRE, 2011, p. 104).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos de Rancière de crítica ao pensamento de Althusser e a seus seguidores, logo após Maio de 68, não são um momento circunscrito em sua obra, mas antes exprimem uma posição que atravessa seus escritos posteriores. A partir da recusa da oposição entre ciência e ideologia, Rancière detém-se sobre processos de subjetivação que rompem o vivido, compreendido como o lugar potencial da política e não da determinação pela alienação. Desse modo, a crítica às noções althusserianas desdobra-se em uma recusa à expectativa por uma intervenção externa, esclarecedora em relação ao outro, nutrida por intelectuais que se consideram “críticos”.

Essa postura de Rancière não só *não* se restringe a um momento histórico, como se explicita na sua obra-prima, *O mestre ignorante* (2013), na qual uma narrativa mostra exemplarmente a recusa de um professor/intelectual ao papel de “mestre sábio”, detentor de uma palavra que se atribui um estatuto superior. Em *La leçon d’Althusser*, Rancière ponderava sobre os problemas do discurso althusseriano no qual o lugar do não saber, que é sempre imputado ao outro, seria um lugar da palavra vazia em oposição à plenitude da ciência pertencente ao intelectual. Enquanto em *O mestre ignorante*, a palavra é concebida a partir da sua potencialidade em “encher-se” ou “esvaziar-se” de acordo com a vontade que coloca em ação uma inteligência qualquer e não em razão da intervenção

¹⁰ A UNEF era uma entidade nacional de representação dos estudantes franceses: *Union Nationale des Étudiants de France*.

de uma inteligência superior. Em suma, o uso dessa vontade depende do próprio sujeito, que a mobiliza em prol da sua própria inteligência.

Se fôssemos resumir a ideia central dos escritos iniciais de Rancière, que se tornou basilar de seu pensamento como um todo, afirmaríamos que conceber um potencial transformador na teoria pura de Marx a respeito das relações entre capital e trabalho é ignorar que as hierarquias do Capitalismo não se expressam somente nas relações de trabalho, mas sobretudo na imposição de uma desigualdade fundamental engendrada na divisão do saber. Divisão entre os supostamente capazes de compreender o real e que, por isso, estariam autorizados a conduzir a sociedade e o restante, os condenados a serem conduzidos. Estes, considerados, pelo ponto de vista dessa divisão, incapazes de compreender e a quem só restaria a obediência, seja aos patrões ou aos filósofos esclarecidos, mestres sábios. Sustentar um poder esclarecedor da teoria seria colocar-se ao lado daqueles que oprimem.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Problèmes étudiants. *La nouvelle critique*, janvier, n° 152, pp.80-111, 1964.

ALTHUSSER, Louis. A propósito do artigo de Michel Verret sobre o “Maio estudantil”. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 44, 2017, p. 23-135.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Luís. *Althusser, leitor de Marx*. Cult, São Paulo, n. 228, 5 de outubro de 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/althusser-leitor-de-marx/>. Acesso em: 21/04/2022.

DEAECTO, Marisa Midori. *Lembranças da Rue d’Ulm*, Paris. Jornal da USP, São Paulo, 10 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/lembrancas-da-rue-dulm-paris>. Acesso em: 21/04/2022.

NATALI, João Batista. *Saiba quem foi Althusser*. Folha de SP, Mundo, São Paulo, 23 de abril de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/23/mundo/17.html>. Acesso em: 21/04/2022.

RAMOS DO Ó, Jorge. Vincennes, o desejo de aprender na universidade e as nossas vidas. *Público*, Lisboa, 10 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/06/10/sociedade/ensaio/vincennes-o-desejo-de-aprender-na-universidade-e-as-nossas-vidas-1833100>. Acesso em: 21/04/2022.

RANCIÈRE, Jacques; FAURE, Alain. *La parole ouvrière: 1830/1840*. Paris: Union Générale d’Éditions, 1976.

RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. Tradução de Marilda Pedreira. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. *La leçon d'Althusser*. Paris: La Fabrique éditions, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. *La méthode de l'égalité: entretien avec Laurent Jeanpierre et Dork Zabunyan*. Paris: Bayard, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Tradução de Lílian do Valle. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.